



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

EDJANE TRAVASSOS

**REFLEXÕES ACERCA DA FIGURA DO PROFESSOR ASSISTENTE/AUXILIAR
NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL
DE CAMPINA GRANDE - PB**

**CAMPINA GRANDE
2019**

EDJANE TRAVASSOS

**REFLEXÕES ACERCA DA FIGURA DO PROFESSOR ASSISTENTE/AUXILIAR
NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL
DE CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Educação da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T779r Travassos, Edjane.
Reflexões acerca da figura do professor assistente/auxiliar no Programa Mais Alfabetização numa escola da rede municipal de Campina Grande - PB [manuscrito] / Edjane Travassos. - 2019.
29 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro, Departamento de Educação - CEDUC."
1. Professor. 2. Programa Mais Alfabetização - PMALFA.
3. Alfabetização. 4. Ensino fundamental. I. Título
21. ed. CDD 371.1

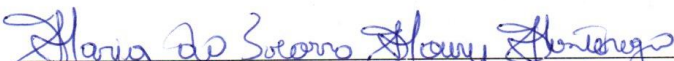
EDJANE TRAVASSOS

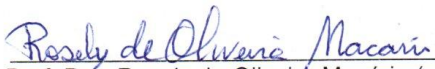
**REFLEXÕES ACERCA DA FIGURA DO PROFESSOR ASSISTENTE/AUXILIAR
NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL
DE CAMPINA GRANDE - PB**

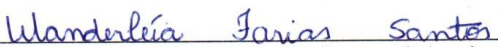
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Educação da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Pedagoga.

Aprovada em: 03/02/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Rosely de Oliveira Macário (examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Wanderleia Farias Santos (examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe (bolinha de ouro/presente de Deus),
pela dedicação, incentivo e apoio, DEDICO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CFE	Conselho Federal de Educação.
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica.
PMALFA	Programa Mais Alfabetização.
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	CONTEXTUALIZANDO A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	09
3	PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	15
4	PAPEL DO PMALFA ¹ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA	18
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	20
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

¹ Programa Mais Alfabetização – PMALFA -, do Ministério da Educação e Cultura.

REFLEXÕES ACERCA DA FIGURA DO PROFESSOR ASSISTENTE/AUXILIAR NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB

Edjane Travassos²

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade principal apresentar os resultados de uma pesquisa de campo, sobre uma reflexão voltada à figura do Professor Assistente/Auxiliar presente no Programa Mais Alfabetização - o PMALFA, realizada em umas das unidades de ensino da rede pública municipal de Campina Grande – PB, que aderiu ao PMALFA. Essa pesquisa foi vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - (PIBIC), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - (CNPq), cota: (2018-2019). Vale salientar que o objeto de estudo dessa pesquisa foi o PMALFA - programa criado pelo Ministério da Educação - (MEC), instituído para fortalecer e apoiar a unidade de ensino no processo de alfabetização de crianças do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. É importante esclarecer que esse programa teve por base os últimos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização - (ANA) 2016, em análise do nível insuficiente de crianças ainda não-alfabetizadas nas redes municipais na idade certa. Como suporte teórico para subsidiar a pesquisa, buscamos apoio de autores como: Martin (2007); Libâneo (1994); Martins (2003); Freire (1989-1996); Soares (2016-2018); Zabala (1998); Saviani (2013); Ribeiro (1993); Raymundo (1998); Rodrigues (2001); SHIGUNOV & MACIEL (2008). Fundamentamos também nossas pesquisas em documentos oficiais referente à temática em estudo, bem como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, a Base Nacional Comum Curricular, e demais fontes de pesquisas. A metodologia do presente trabalho foi de natureza qualitativa, com a pesquisa do tipo estudo de caso, mediante dados coletados durante a pesquisa, cujos resultados apontaram lacunas existentes quanto ao atraso do PMALFA no início de suas atividades, bem como a forma como o programa foi implantado na escola, assim como sólida formação continuada, por parte da figura do professor assistente/auxiliar.

Palavras-chave: Programa Mais Alfabetização/MEC, Professor, Assistente/Auxiliar.

REFLEXIONES ACERCA DE LA FIGURA DEL PROFESOR ASISTENTE/AUXILIAR EN EL PROGRAMA DE MÁS ALFABETIZACIÓN EN UNA ESCUELA DE RED MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PB

Edjane Travassos³

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I – cidade de Campina Grande - PB.

³ Estudiante del curso de Pedagogía en la Universidad Estadual de la Paraíba – Campus I – ciudad de Campina Grande - PB.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión del curso tiene por finalidad principal en presentar el resultado de una pesquisa de campo, sobre un reflejo convertido a una ilustración del profesor asistente presente en el programa más alfabetización - el PMALFA realizado en una de las unidades de enseñanza de rede pública municipal de Campina Grande - PB que se unió al PMALFA. Esta investigación estuvo vinculada al programa de beca e iniciación Científica - (PIBIC), con el apoyo del consejo nacional de desarrollo científico y tecnológico- (CNPq), cota: (2018- 2019). Enfatizamos que el objeto de estudio a esta investigación fue el PMALFA - programa creado por el ministerio de educación (MEC), establecido para fortalecer y apoyar la unidad de enseñanza en el proceso de alfabetización de niños en el 1er y 2º año de la escuela primaria. Es importante aclarar que este programa se basó en los últimos resultados de la evaluación nacional de alfabetización - ANA 2016, en analice de nivel insuficientes de niños todavía no alfabetizados en redes municipales a la edad adecuada. Como apoyo para la investigación buscamos contribuciones de tales teóricos Martin (2007); Libâneo (1994); Martins (2003); Freire (1989-1996); Soares (2016-2018); Zabala (1998); Saviani (2013); Ribeiro (1993); Raymundo (1998); Rodrigues (2001); SHIGUNOV & MACIEL (2008). También basamos nuestra investigación en documentos oficiales relacionados con el tema en estudio así como la ley y las directrices y las bases de la educación nacional común curricular. La metodología del presente trabajo fue cualitativo, como estudio de caso. A través de los datos recopilados durante la investigación. Cuyos resultados apuntaban a lagunas existentes en el retraso del PMALFA al comienzo de sus actividades como la forma en que se implementó el programa en la escuela. Así como sólida educación continua por el profesor asistente.

Palabras claves: Más Programa de alfabetización / MEC, Profesor, Asistente

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, cota: (2018 - 2019), da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, que teve como objetivo geral apresentar os resultados de uma pesquisa de campo sobre a figura do Assistente/Auxiliar presente no Programa Mais Alfabetização - o PMALFA, realizada em umas das unidades de ensino da rede pública municipal de Campina Grande – PB, que aderiu ao PMALFA.

É inegável falar de alfabetização no Brasil sem fazermos um breve resgate histórico do ensino desde a chegada dos padres jesuítas em terras brasileiras, com a catequização dos índios. Após o ensino jesuítico implementado no período colonial brasileiro até os dias atuais houveram muitos avanços na alfabetização no nosso país, embora admitamos que os últimos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização - (ANA) 2016, configura a análise do nível insuficiente de crianças ainda não-alfabetizadas nas redes municipais na idade certa.

Mesmo que se reconheça que o problema da alfabetização é extremamente complexo porque envolve inúmeros fatores e acreditamos que é, exatamente, devido à isso que tem se agravado ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o número de crianças sem estar em condições de serem alfabetizados. E essa foi uma das razões pelas quais me despertou o interesse e a curiosidade por essa pesquisa.

Acreditamos que não podemos negligenciar a forma como vem se dando a prática alfabetizadora, por parte do professor alfabetizador, preocupamo-nos no que tange ao processo de alfabetização que, queiramos ou não, o professor alfabetizador necessita refletir criticamente o seu fazer pedagógico em sala de aula. Observando, sobremaneira, o respeito às peculiaridades do processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças, por entendermos que, é completamente inadmissível o professor alfabetizador se prender a, apenas, um único método para acompanhar o processo de alfabetização das crianças.

Compreendemos ainda que as próprias crianças ajuda ao professor alfabetizador a avançar no seu processo de alfabetização, bastando, apenas que o professor alfabetizador tenha uma visão ampla e possa, sim, valer-se de, ora dos métodos tradicionais de alfabetização, ora do método construtivista e ora da história cultural em Vygotsky. Pois o que importa é o seu compromisso político em alfabetizar e, é desse modo que a escola pública poderá se sentir preparada para atender as demandas que a educação exige das redes de ensino público, no sentido de preparar a criança para ser um sujeito de ação-reflexão competente e ativo frente à sociedade como cidadão.

Por outro lado, é oportuno esclarecer que o PMALFA nasceu da constatação dos últimos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização - (ANA) 2016, em análise do nível insuficiente de crianças ainda não-alfabetizadas nas redes municipais na idade certa e foi por esse motivo que o Ministério da Educação/MEC por meio da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, criou o Programa Mais Alfabetização como uma estratégia para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental para reverter o elevado índice de alunos não alfabetizados nas séries seguintes.

Ao mesmo tempo em que compreendemos que devemos partir do princípio de que necessitamos ter consciência de que o espaço de uma sala de aula é constituído da heterogeneidade dos sujeitos e, que, em razão disso, o trabalho

pedagógico desenvolvido pelo o/a professor/a precisa adequar-se às necessidades de cada criança/aluno/a, no que concerne aos níveis de leitura e de escrita de cada criança/aluno(a).

A metodologia desse trabalho foi pautada numa pesquisa de natureza qualitativa, tendo sido realizada por meio de observações, anotações no diário de campo e encontros de estudos, além dos estudos teóricos e as discussões acerca da temática pesquisada.

Para isso, utilizamos como suporte teórico para subsidiar essa pesquisa, autores como: Martin (2007); Libâneo (1994); Martins (2003); Freire (1989-1996); Soares (2016-2018); Zabala (1998); Saviani (2013); Ribeiro (1993); Raymundo (1998); Rodrigues (2001); SHIGUNOV & MACIEL (2008). Afora esses autores, também nos apoiamos nos documentos oficiais referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/9394/96 e à Base Nacional Comum Curricular – BNCC/.

E por fim, sistematizamos esse artigo da seguinte forma: 2) contextualizando a alfabetização no Brasil; 3) Processo de Alfabetização nos Anos Iniciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 4) Papel do PMALFA e sua Contribuição para Minimizar as Dificuldades de Leitura e de Escrita; 5) Metodologia e Análise dos Resultados da Pesquisa; 6) Considerações Finais.

2 CONTEXTUALIZANDO A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Para contextualizar a alfabetização no Brasil, optamos por iniciar pelo período colonial, período onde a educação se instaurou no Brasil, por volta do ano de 1549, com a chegada dos padres jesuítas⁴ em terras brasileiras. Sabendo que:

A atuação jesuítica na Colônia pode ser compreendida em duas fases distintas: a primeira corresponde ao período de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos. Já a segunda fase, que corresponde ao segundo século de sua atuação, foi um período de grande desenvolvimento do sistema educacional implantado no primeiro período, ou seja, foi a fase de consolidação de seu projeto educacional (SHIGUNOV & MACIEL, 2008, p. 06).

Ora, se a atuação jesuítica compreendia duas fases distintas, dentre estas, esteve presente o trabalho de catequese e a conversão dos índios aos costumes dos brancos, de modo que houve, sim, o pleno desrespeito a identidade do próprio índio, quando houve uma agressão aos costumes dos índios e tratou-se de converter, a todo custo, os costumes dos índios aos costumes dos brancos. Mesmo que se saiba, hoje, de que, pelos esforços de luta, o índio tenha se empoderado e passado a ser conhecido e reconhecido como sendo o protagonista (autor) da formação da sociedade brasileira.

É necessário registrar, aqui, que:

⁴ A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa da Igreja Católica, fundada na Europa em 1540 por Inácio de Loyola. Era formada por padres designados de jesuítas, que tinham como missão catequizar e evangelizar as pessoas, pregando o nome de Jesus. Os princípios básicos dessa ordem estavam pautados em: 1) a busca da perfeição humana por meio da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros. São esses princípios que eram rigorosamente aceitos e postos em prática por seus membros, que tornaram a Companhia de Jesus uma poderosa e eficiente congregação (RAYMUNDO, 1998, p. 05).

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43)

Neste sentido, ao retomar um pouco da história da educação brasileira, estamos também retomando a alfabetização, por entender que os índios ao terem sido catequisados, foram forçados a participar do processo de escolarização, sendo que:

O processo de escolarização dos povos indígenas iniciou-se na época do Brasil colônia, em 1549, com a chegada dos Jesuítas ao país, para que fizessem um trabalho que atendesse as necessidades da coroa portuguesa e os interesses da Igreja Católica, dando-se, assim, início ao trabalho de evangelização, utilizando-se como meio para atingir esse objetivo, a escola de ler e escrever que, aparentemente preocupava-se com a instrução do índio e dos filhos dos colonos. Na prática o que ocorreria era a escolarização dos filhos dos colonos que davam continuidade aos estudos na Europa, enquanto os índios eram apenas catequizados para servirem de mão-de-obra escrava, pois os colonizadores não os consideravam adequados para a formação sacerdotal católica, restando-lhes apenas um ensino profissional e agrícola imprescindível para formar pessoas capacitadas em outras funções essenciais à vida da colônia (RIBEIRO: 1993, p. 17-28)

Ora, se Ribeiro (1993), está a nos dizer que, na prática o que ocorreria era que os índios não eram escolarizados, em razão de os interesses em relação aos índios estarem sendo voltados, apenas, para a catequização, já que eles teriam de servirem a mão de obra escrava, enquanto que ocorreria a escolarização dos filhos dos colonos que davam continuidade aos estudos na Europa.

Em outras palavras, é sabido que a chegada dos portugueses ao Brasil foi nada menos que em buscas de exploração de riquezas, os jesuítas com seu projeto educacional cuja missão era de catequizar os índios como forma de aculturá-los, domesticando-os a uma nova vida social, visto como povos nativos e sem os costumes/hábitos do homem branco, considerados como animais, despidos de suas vestimentas e sem nenhum tipo de características as crenças religiosas ao Deus do homem branco. De acordo com Sebastián Sánchez (2007, p. 10-11) sobre a história da educação no Brasil:

Os colonizadores não pouparam esforços para aniquilar as tradições indígenas: os portugueses arrasaram o seu modo de produção escravizando a população; destruíram as suas formas de organização social e familiar impondo-lhes os padrões portugueses; reprimiram as suas manifestações religiosas, impondo-lhes a religião cristã; modificaram os seus hábitos de moradia, alimentação e vestimentas impondo-lhes a arquitetura, a culinária e as roupas portuguesas; substituíram-lhes, inclusive, o arco e a flecha, instrumentos primordialmente de caça e pesca, por armas de fogo, instigando-os a se destruírem mutuamente.

Foi desse modo e sob os comandos do Padre Manoel da Nóbrega, principal responsável pelas ações/missão que os jesuítas adentraram nos territórios indígenas se inserindo em seus contextos de modo a conquistá-los para não dizermos manipulá-los em seu próprio habitat, lhes presenteando, ou melhor,

dizemos substituindo aos poucos os instrumentos de caça e pesca dos índios por objetos como roupas, espelhos, facas, foices, colares e demais instrumentos e ferramentas considerados sem valor para os portugueses. No entanto, tinha um grande valor simbólico para os índios, tudo em troca claro das riquezas naturais existentes nas terras indígenas como a exploração do pau Brasil e de acolhida, sendo o índio o conhecedor de suas terras mata adentro e mão de obra braçal pra não dizemos trabalho escravo.



Figura 1: Antônio Parreiras - Fundação de São Paulo, 1913. Óleo sobre tela, (800 × 511 píxeis, tamanho: 95 kB, tipo MIME: image/jpeg). Foto retirado da internet.

A imagem descrita acima, representa os jesuítas catequizando os índios, não tanto como descrito na imagem, quando os índios eram considerados “animais” pelos portugueses por falta de doutrinação ou conhecimento do homem branco, esquecendo-se que o índio tem o seu próprio conhecimento de mundo com o seu meio em que vivem, sua cultura, ali tendo de serem representados como índios resignados ou um tanto deslumbrados ingenuamente a um ensino não questionado, enquanto que a sua cultura é/era o seu próprio meio de aprendizagem enquanto ensino.

No período colonial, a educação dos jesuítas era um meio de evangelização, cuja função mais do que social, era religiosa, e por esta razão, inicialmente, as escolas eram compostas só de índios com a finalidade de convertê-los a religião cristã. Segundo Zabala (1998, p.100), “Para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequado, constituído por um marco de relações em que predominem a aceitação, a confiança, o respeito mútuo e a sinceridade”. Diante do cenário real, é percebido pelos jesuítas que o melhor ambiente adequado para o início da catequização seria em seus aldeamentos/habitat indígenas, e a música foi um dos primeiros métodos de alfabetização utilizados pelos padres jesuítas na educação dos índios e que por meio desta, eles conseguiram ganhar, aos poucos, sua atenção, sua simpatia e sua confiança o que foi primordial para a sua catequização.



Figura 2. Filme: "A missão" - 1986. Inglaterra. Fotografia: Chris Menges. tamanho: (495 x 324). Direção de Rolland Joffé. Foto retirado da internet.

Segundo Libâneo (1994, p.17),

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social. Tais influências se manifestam através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados por muitas gerações de indivíduos e grupos, transmitidos, assimilados e recriados pelas novas gerações.

Através da música, os mesmos foram introduzindo a dança e o teatro, e, de forma muito sutil, gradativamente e, sem perceber, os índios iam tendo suas rotinas, seus comportamentos e seus hábitos modificados pelos jesuítas. Assim como, gradativamente, também a pedagogia dos jesuítas foi se consolidando por meio do processo de repetição, memorização e imitação. Mas sua consolidação veio a se concretizar com a organização do *Ratio Studiorum*, método pedagógico ou plano de estudos enviados por Roma e implantados nas diversas instituições fundadas pelos jesuítas visando à organização e o funcionamento de seus colégios.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos das colônias portuguesas por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal (Primeiro Ministro de Portugal). Com a expulsão dos jesuítas e a substituição do sistema de ensino, Pombal reformulou a educação e com isso os grupos indígenas passaram a sofrer com mais uma revolução no seu modo de vida. Bem como, na maneira de se portar, como um todo, em sociedade.

Para Pombal, a educação Jesuítica, no momento, não convinha aos interesses do Estado e o ensino então passou a ser de responsabilidade da Coroa Portuguesa, que pretendia promover no ensino uma nova metodologia educacional condizente com a realidade do momento. Vale ressaltar que os índios em seu habitat possuíam seu modo de educação que atendia as suas necessidades vividas no seu cotidiano, próprias de sua cultura, porém esta educação e seu modo, seu

estilo de vida não eram, de modo algum, suficientes para atender aos interesses dos colonizadores europeus.

A educação que antes era restrita à igreja, passou a ser pertencente ao Estado. As “aulas régias”, denominadas de estudos de nível primário (primeiras letras) instituídas por Pombal foi a primeira forma do sistema de ensino público do Brasil. De acordo com Sánchez (2007, p.49) “contratar-se-ão, nas províncias, professores particulares que teriam de percorrer, anualmente certo número de localidades, ficando nelas o tempo necessário para ensinar a meninos e meninas os rudimentos do ensino primário”.

Percebe-se, então, que, em termos de educação, a aprendizagem dos indígenas consistia nos ensinamentos passados (dos mais velhos para os mais novos), educação cuja forma natural era transmitida de geração a geração, agora não mais persiste como modelo de educação. De acordo com Saviani na reforma das escolas de primeiras letras, pensando num benefício de um ensino que viesse a atender o maior número de povos possíveis na educação, segundo o rei seria impossível adotar-se um plano que viesse suprir essas lacunas.

[...], pois “nem todos os indivíduos destes Reinos e seus Domínios se hão de educar com o destino dos Estudos Maiores”. E prossegue considerando que ficam excluídos desse destino os “empregados nos serviços rústicos e nas Artes Fabris, que ministram sustento dos Povos e constituem os braços e mãos do Corpo Político”. Para esses, diz o rei, bastariam “as instruções dos párocos”. Ou seja, ficariam limitados às explicações dominicais do catecismo, [...] Observa, ainda, que mesmo as pessoas com habilidades para os estudos também estão sujeitas a grandes desigualdades: “basta a uns que se contenham nos exercícios de ler, escrever e contar”; a outros basta a língua latina (SAVIANI. 2013, p.96).

De acordo com Saviani, é nítido que apesar de mais uma reforma no ensino, nem todas as classes sociais teriam a oportunidade de desfrutar de uma educação por igual e de receber esse benefício, ou melhor, dizermos privilégios. Desse modo com os jesuítas expulsos e uma educação interrompida, as escolas ficam vazias e sem professores capacitados para ensinar. Pombal com suas medidas de ideais iluministas pretendia modernizar o ensino de modo a atender aos interesses do Estado.

Em 1808 com a chegada da família real ao Brasil, a educação passou por mais transformações tomando novos impulsos. O governo central passou então a se responsabilizar pela educação primária, secundária e superior do município da Corte, não restando nenhuma dúvida de que o ensino superior recebeu sua maior atenção. Desse modo o currículo educacional passou a ser organizado seguindo de acordo com a sequência de três níveis de ensino, são eles:

- Ensino primário, primeiro estágio da educação escolar em que consistem os primeiros anos de ensino da criança onde a mesma aprende a ler e a escrever, hoje conhecido por todos como ensino fundamental dos anos iniciais iniciando-se dos 06 aos 14 anos;
- Ensino secundário, tipo de ensino ministrado aos jovens e adolescentes dos 15 aos 18 anos, conhecido como ensino médio;
- Ensino superior, nível de ensino mais elevado podendo ser realizado nas universidades, faculdades ou em instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais, na época destinada à elite dirigente do país.

De acordo com a LDB da educação citado no art. 1º afirma que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Desse modo, pensando na educação escolar de nossas crianças e nas necessidades de cada educando, direito que lhe é assegurado por lei a uma educação pública e laica, hoje o sistema de ensino compõe-se da seguinte forma:

- Creches, ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade;
- Pré-escolas (educação infantil) para as crianças de 4 a 5 anos de idade;
- Educação de Jovens e Adultos, assegurando as pessoas que não tiveram acesso ou condição de permanecer no ensino na idade certa por motivos de trabalhos e etc.;
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio, momento em que o educando poderá se preparar para o exercício de profissões técnicas;
- Educação Especial, reservado para educando com deficiência na rede regular de ensino, prestando serviços de apoio especializado atendendo às suas peculiaridades;
- Educação Profissional e Tecnológica, que se integra aos diferentes níveis de educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Voltando ao resgate histórico sobre a história da educação brasileira e das inúmeras crises econômicas impedindo melhorias na educação por parte de seus governantes da época. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a Independência do Brasil, porém em si tratando em termos de educação continuou sem melhorias o que não foi diferente no segundo reinado, além da crise financeira e da grande extensão territorial do país, não havia professores preparados para lecionar e os cursos superiores criados só atendiam e formavam as classes das elites.

Em 1932, um documento escrito e assinado por 26 (vinte e seis) educadores dentre eles, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e demais educadores, sob direção e comando de Fernando Azevedo, dar-se início ao “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, período de reconstrução e unificação no sistema de ensino da educação no Brasil. Bem como, uma reforma trazendo inovações pedagógicas renovando o ensino, o que permitia a todo indivíduo o direito de ser educado não importando a classe social, a condição econômica ou grupos sociais.

Nesse sentido, Anísio Teixeira foi um dos grandes representantes na História da Educação Brasileira. Como professor, na educação, Anísio assumiu o cargo de secretário geral da Capes, na época Campanha e hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Vale ressaltar que a CAPES, não em 2019, mas nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff desempenhou papel central na educação superior de nosso país.

É importante ressaltar que Anísio Teixeira também foi diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, hoje conhecido, no âmbito educacional brasileiro como (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Com o manifesto dos pioneiros, a Educação Nova passa a assumir uma nova feição social na sociedade, tendo como função social formar uma sociedade

mais humana e mais justa de modo que todos tenham as mesmas oportunidades e direitos de educação. Desse modo, a escola torna-se uma instituição única, pública, laica, obrigatória e gratuita. A educação passou então a assumir o seu verdadeiro papel que é preparar o cidadão para desempenhar atividades nos setores públicos e privados.

Com o advento da ditadura militar, Anísio Teixeira perdeu todos os seus cargos, com exceção do membro do Conselho Federal de Educação (CFE). E, nesse cenário, a educação brasileira conheceu o seu lado amargo de perseguições, de mortes, de confrontos e as demais opressões sofridas pelos professores, estudantes e demais profissionais da educação. Período em que a educação brasileira foi perseguida por militares disfarçados dentro e fora do ambiente escolar causando medo e terror na sociedade sendo vigiada e obrigada a seguir as regras do seu regime, próprio do autoritarismo de uma ditadura sem precedentes.

É importante ressaltar que como já foi mencionada acima, a nova LDB (Lei Nº 9.394/96) sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Educação Paulo Renato, em 20 de dezembro de 1996, documento em que define e organiza a educação brasileira e inseriu a Educação Infantil.

Desse modo, a educação passa a englobar todos os níveis privilegiando o desenvolvimento humano do educando desde a sua infância, estabelecendo uma faixa etária de tempo para cada nível de ensino. Nessa perspectiva, a Educação Infantil atenderia uma clientela de 0 a 6 anos de idade, o ensino fundamental com duração de oito anos e o ensino médio com três anos. A educação que antes era iniciada aos sete anos de idade, agora é assegurada para todos (crianças com menos de sete anos, crianças, com necessidades especiais e jovens e adultos - EJA, pessoas que não tiveram acesso ao ensino na idade certa ou que por outros motivos deixaram de frequentar a escola).

Neste sentido para melhor compreendermo-nos a fundo como vem se dando o processo de alfabetização em dias atuais nos anos iniciais do ensino fundamental, seguiremos a diante com nossos estudos acerca da temática citada.

3 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Antes de tecer reflexões diretamente voltadas à alfabetização, necessário se faz que façamos uma breve reflexão sobre a Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de diretrizes de bases da educação nacional sendo instituição pública ou privada, quando diz que os Princípios e Fins da Educação Nacional citado no Art. 2º afirmam que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Retomando o artigo 2º dessa lei está posto que tanto a família quanto o estado deve garantir às crianças uma educação de boa qualidade voltada para uma formação de caráter liberal e solidário, com princípio ético e formador visando o desenvolvimento do educando para uma vida em sociedade. Ao mesmo tempo em que a educação é dever do Estado, ambas tem por finalidade caminhar em parceria com a família em prol dos mesmos princípios. Embora não sejamos ingênuos para compreender que no nosso país as leis não são cumpridas, em sua essência, sobretudo, em si tratando de nossa educação brasileira, por entender que, da teoria

até a prática, há um grande e tenebroso abismo, que precisa ser revisto, seja pelos poderes públicos, seja pela classe educacional brasileira, mais especificamente pelos professores que, em sua maioria, talvez desconheça ou não a trate com a devida seriedade que a docência exige. Isto é, faz-se necessário, pelo menos que os professores tenham conhecimento das leis regem a sua profissão, mesmo que tenhamos uma visão crítica sobre os documentos oficiais relativos à nossa educação brasileira atual.

E, no que diz respeito à alfabetização, em primeiro lugar, acredito que o professor alfabetizador precisa saber que:

[...] o ato de alfabetização não é um ato de amor e sim um ato político por excelência, já que um professor, ao alfabetizar, está dando à criança a primeira oportunidade de realizar uma transformação radical de si mesma. Está dando à criança um instrumento do qual ela pode compreender melhor o mundo, apreender outras realidades e sair de si, tornando-se uma pessoa pertencente à sociedade civilizada. Alfabetizar é um ato de extrema responsabilidade do professor. Pode ou não ser feito com amor, mas não é, essencialmente, um ato de amor e sim um ato político (RODRIGUES, 2001, p. 96).

E, se a alfabetização não é um ato de amor e sim, um ato político por excelência:

A um ponto, porém, referido várias vezes neste texto, gostaria de voltar, pela significação que tem para a compreensão crítica do ato de ler e, conseqüentemente, para a proposta de alfabetização a que me consagrei. Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescreve-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (IBIDEM, 1989, p. 13).

Para Martins (2003, p.22):

Saber ler e escrever, já entre gregos e romanos significava possuir as bases de uma educação adequada para a vida, educação essa que visava não só o desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais, como aptidões físicas, possibilitando ao cidadão integra-se efetivamente à sociedade.

A infância é o melhor momento de apresentar a criança ao mundo da leitura e da escrita, é nessa fase que ela toma gosto pela leitura, podendo para além de decifrar o código escrito, ler o mundo, por meio de histórias reais e imaginárias, proporcionando a ela descobertas e desenvolvendo sua imaginação abrindo um leque de oportunidades para compreender a si e o mundo e tudo o que está a sua volta, desenvolvendo habilidades para se tornar um leitor crítico e reflexivo.

Nos primeiros anos de escolarização da criança, elas têm que ser incentivadas e motivadas através de leituras prazerosas que as instigue a ler de modo que elas possam vir a se tornar leitores autônomos e criativos a ponto de elas mesmas desenvolverem em sua escrita as suas próprias histórias. Pois a leitura desenvolve a capacidade intelectual da criança tornando-a uma criança ativa e

sempre disponível a criar, a inventar, a descobrir um universo de tudo o que o cerca como o medo, o mistério e a curiosidade de um leitor insaciável.

De acordo com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, (BNCC, 2017, p.9):

Utilizar diferentes linguagens – verbal [...] visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Desse modo, podemos compreender que o trabalho com leitura em diferentes tipos de gêneros textuais, tem como finalidade formar leitores competentes e conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática e no hábito a partir da leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências.

Num movimento de contínua alternância metodológica entre “inovadores” e “tradicionais” do século XIX,

Considerava-se que aprender a ler e escrever dependia, fundamentalmente, de aprender as letras, mais especificamente, os nomes das letras. Aprendido o alfabeto, combinavam-se consoantes e vogais formando sílabas, para finalmente chegar a palavras e a frases. Era o método da soletração, com apoio nas chamadas Cartas do ABC, nos abecedários, nos silabários, no $b + a = ba$. Uma aprendizagem centrada na grafia, ignorando as relações oralidade-escrita, fonemas-grafemas, como se as letras fossem os sons da língua, quando na verdade, representam os sons da língua (SOARES. 2018. p.17).

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto e, se o aluno for conhecedor dos símbolos alfabéticos e de suas combinações segmentadas por letras (consoantes ou vogais), deve-se apresentar a elas produções que as façam sentido e significado. Tendo em vista que o mundo da leitura e da escrita, é um mundo no qual um está, de certa forma muito ligado ao outro. Não se trata simplesmente de extrair informação da leitura e da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra, trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão de ambas as partes, ao ler temos mais possibilidade de diminuir as dificuldades da escrita e ao escrever precisamos da leitura.

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos.

O ser humano vive cercado pelo mundo da leitura sem que ele mesmo perceba ou se dê conta, seja na escola, no convívio familiar ou nos contextos sociais dos quais participe. Por isso, a criança antes de ingressar no ambiente escolar traz consigo uma bagagem de leitura de mundo. E é na escola que podemos formar um leitor crítico-reflexivo, ao cruzar ação-reflexão e reflexão-ação. Ao contribuir para formar o leitor, estaremos também contribuindo para formarmos um escritor, se investirmos na leitura.

É importante frisar que não basta apenas expor as crianças a escritas de textos ou palavras sem nenhum tipo de sentido ou função social, é importante que a construção de sua escrita tenha sentido e traga significados de modo a estimulá-las, porque ninguém escreve algo apenas por escrever, escrevemos para que alguém leia, do mesmo modo se somos instigados a ler, lemos porque fomos motivados por

algo, isto por que quando escrevemos organizamos ideias, pensamentos e informações.

Segundo (FREIRE, 1996, p.47) “Um dos saberes necessário ao professor é saber que ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”.

Zabala ainda afirma que:

Para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequados, constituídos por um marco de relações em que predominem a aceitação, o respeito mútuo e a sinceridade. A aprendizagem é potencializada quando convergem as condições que estimulem o trabalho e o esforço. (ZABALA, 1998, p. 100).

De acordo com Zabala, quando os alunos conseguem construir esse tipo de relação com o professor e com a escola, o processo de ensino-aprendizagem ocorre de maneira mais satisfatória e proveitosa. Isso faz com que as aulas se tornem mais atrativas e mais prazerosas ainda mais quando a leitura se torna um caminho de aventura e curiosidade em descobrir o segredo de cada junção de letras ou palavras e com elas infinitas histórias. Neste sentido, vamos refletir sobre o papel do PMALFA e sua contribuição para minimizar as dificuldades de leitura e de escrita.

4 PAPEL DO PMALFA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE LEITURA E DE ESCRITA

O Programa Mais Alfabetização segundo o Ministério da Educação, é um programa de apoio e suporte pedagógico a professores e gestores no processo de alfabetização de crianças. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, documento publicado em dezembro de 2017, os alunos em processo de alfabetização devem ser alfabetizados até o terceiro ano do ensino fundamental. Pois com o auxílio do PMALFA, os alunos devem ser alfabetizados até o fim do segundo ano do ensino fundamental, ambos tem como objetivo na ação pedagógica desenvolver no aluno um conjunto de habilidades e competências durante e no decorrer de sua aprendizagem.

O PMALFA surgiu, a partir dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização - (ANA) 2016, programa pelo qual o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP avalia os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática de estudantes do 3º ano do ensino fundamental. Numa comparação aos resultados obtidos das redes de ensino estaduais e municipais, o INEP concluiu que nas redes municipais o nível insuficiente de crianças ainda não alfabetizadas é menor nas escolas municipais do que nas escolas estaduais. Mediante os resultados comparados nas duas redes de ensino, o INEP juntamente com o MEC, pensaram em estratégias e ações como forma de fortalecer e apoiar as instituições de ensino a melhorar no processo de alfabetização dos estudantes do 1º e 2º ano na leitura, na escrita e nos cálculos, por intermédio do PMALFA.

Vale dizer que o PMALFA é um programa que cumpre com a determinação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017), que nos dois primeiros anos do ensino fundamental as atividades pedagógicas sejam de apropriação do sistema de escrita de modo que desenvolva no educando habilidades de leitura e escrita de acordo com as normas da BNCC. Desse modo o PMALFA em parceria com as secretarias de

educação do país, juntamente com as redes de ensino que aderirem ao programa iram trabalhar com a finalidade de:

I - a alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do processo de alfabetização.

Como forma de garantir o direito às crianças de serem alfabetizadas na idade certa favorecendo que as mesmas obtenham um bom desempenho na leitura, na escrita e na matemática tendo o professor como suporte em sala de aula o assistente/auxiliar apoiando e auxiliando as crianças que precisam de mais ajuda nas atividades planejadas e elaboradas pelo professor de acordo com o grau de dificuldades de cada aluno, de modo que contribua para o processo de desenvolvimento e aprendizagem do mesmo. O Programa ainda tem como meta diminuir o índice de reprovação e de abandono nas próximas etapas do ensino da educação básica.

É sabido que cada criança tem seu tempo real para aprender a ler e a escrever, desde que respeite suas particularidades, desse modo o programa PMALFA contribui para que o professor foque nessas particularidades de níveis de aprendizagem de cada aluno, para que aprendam em ritmos e tempos singulares de modo que cada um possa receber acompanhamento diferenciado, superando os desafios enfrentados no processo de alfabetização.

É importante destacar que o processo de alfabetização, de acordo (SOARES, 2018, p.19) “[...] o domínio do sistema de escrita é considerado condição e pré-requisito para que a criança desenvolva habilidades de uso da leitura e da escrita, lendo e produzindo textos reais, isto é: primeiro, é preciso aprender a ler e a escrever”. Considerando que o que a autora ressalta é que tanto a leitura quanto a escrita é uma habilidade Imprescindível no processo de aquisição de conhecimento, ainda mais quando o professor toma posse e conhecimento do sistema de escrita da criança como coleta e análise de dados do sistema de escrita da língua materna podendo assim melhor conduzi-la em seu processo de aquisição de conhecimento.

Em conversa com as professoras do primeiro e segundo ano, uma forma de avaliar o PMALFA recém implantado na escola frente a sua experiência como professora regente, em relatos ambas afirma que:

2. Como você avalia o programa Mais Alfabetização na sua experiência de professora? Professora P¹: Avalio de forma positiva, pois para nós professores da sala regular ter um apoio para com as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem é crucial para conseguirmos alcançar os nossos objetivos. Professora P²: Sendo de grande valia o auxílio no processo de ensino aprendizagem. Mas, no entanto necessita de adaptações, pois descentraliza a atenção do aluno, e a aula não flui como esperado, ponto a ser observado e talvez requer adaptações do programa.

Segundo a professora P¹, o PMALFA “é um programa que tem sua importância na escola, e por isso acredita que o programa não seja extinto e que o mesmo deve continuar contribuindo com a melhoria da aprendizagem de nossas crianças”.

De acordo com a professora P², o programa “tem como intenção subsidiar/auxiliar o processo de ensino aprendizagem, de modo a assistir aquelas

crianças que por algum motivo ainda não dominam as competências/habilidades esperadas dentro do período desejado”.

Desse modo o PMALFA como descrito pelas duas professoras, tem como objetivo contribuir para o processo de ensino e aprendizagem no tempo estabelecido, de acordo com a BNCC, cujo objetivo é alfabetizar a criança na idade certa, bem como também suporte de apoio ao professor regente. É um programa novo que necessita de adaptações, e que a forma como o programa foi delimitado no espaço escolar descentraliza a atenção dos alunos não fluindo a aula como deveria fluir durante a atuação da assistente/auxiliar, o que subentende-se a importância de a assistente ter o seu próprio espaço (sala de aula) para atender os alunos com mais precisão.

De acordo com o posicionamento da gestora sobre o PMALFA,

1. Como gestora, como você vê o Programa Mais Alfabetização? Posicione-se frente a esse programa. O Programa Mais Alfabetização desempenha um bom trabalho com as crianças que estão no período de alfabetização, pois tem com objetivo ajudar aquelas crianças que apresentam alguma dificuldade, dando um suporte para adquirir uma melhor aprendizagem e conseguir se alfabetizar no período que o programa espera.

Vale ressaltar que todo Programa de educação implantado na escola, sem sombra de dúvidas, é de grande ganho para a instituição e para o público alunado, mas que em linhas gerais diante do currículo, do planejamento escolar e do Projeto Político Pedagógico, a escola tem o papel de contribuir para as constantes melhorias e condições educacionais, visando assegurar ao educando uma educação de boa qualidade de modo a sanar as lacunas existentes.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA NA ESCOLA SOBRE O PMALFA.

Mediante os estudos, para mergulhar na pesquisa, adentramos o espaço interno da escola, coletamos dados para uma possível análise crítica, descartando a passividade da aceitação do Programa Mais Alfabetização - PMALFA -, na escola, por termos sido bem recebidas pela equipe de profissionais da escola pesquisada. Houve o suporte de apoio ao professor no processo de alfabetização, sem causar nenhum tipo de constrangimento ou incômodo, bem como um auxílio de curto prazo de tempo e de duração de estadia do programa na escola e na sala de aula.

A pesquisadora, por ser conhecedora do espaço interno da escola e de toda a equipe de funcionários, ressaltou o reconhecimento da importância do acolhimento e da “boa” recepção de todos, desde o porteiro até os colegas professores em suas salas de aulas, o que foi fundamental para a realização de minha pesquisa.

A princípio, procurei conhecer à assistente/auxiliar porque era nova no quadro da escola, a que de imediato mostrou-se aberta e disponível a me ajudar na realização da pesquisa, agendando comigo os seus horários de atendimento com os alunos. Um aspecto que me chamou a atenção, é que na posição de assistente/auxiliar encontrei uma professora idosa e aposentada. E, como pesquisadora curiosa, em entrevista a assistente/auxiliar fiz a seguinte pergunta:

6. Como professora, hoje, aposentada, o que te levou/motivou a participar do programa Mais Alfabetização como Assistente/auxiliar? Em relato resumidamente um tanto romantizada e bastante sucinta a assistente diz: “Amar minha profissão e sentir falta de estar atuando como professora”.

Percebemos que, na condição de pesquisadora e futura professora, a profissão docente, queiramos ou não, não é reconhecida pela sociedade em questão salarial e é por essa razão que alguns professores aposentados decidem retornar a escola, quando se implanta um novo programa que tem subsídios financeiros. Muitas vezes, não é nem pelo compromisso político com a educação, apesar de a professora dizer que “ama a profissão”, mas isso não é suficiente para que possamos acreditar.

De fato, o que deixa transparecer é o interesse pelos valores que se recebe para a função que, apesar de irrisório, ajuda no complemento das despesas extras do professor. Sabendo que a desvalorização da carreira docente não é algo tão assustador, porque mesmo antes de ingressarmos nessa profissão já sabemos o quanto somos desvalorizados, do ponto de vista financeiro, isto é, todos nós temos consciência desde que optamos pela escolha do magistério, sobretudo, na fase dos anos iniciais do ensino fundamental.



Foto: I retirado de arquivo pessoal da aluna pesquisadora, em registro a ação da assistente/auxiliar durante a sua atuação no PMALFA.

A imagem fotográfica I em registro descrita acima, nos mostra a atuação da assistente/auxiliar no PMALFA. Do papel de professora com uma bagagem de experiência para assistente de um programa criado pelo Ministério da Educação, me propus a pedir que a mesma fizesse a sua auto-avaliação frente ao referido programa.

10- Faça uma auto-avaliação de sua participação como assistente/auxiliar, de modo que se sinta à vontade para relatar pontos positivos e negativos ao sentido de que possamos contribuir com a qualidade do Programa Mais Alfabetização. Minha experiência como assistente de alfabetização foi muito proveitosa, conheci novos métodos para alfabetizar e a troca de experiências com as colegas eram muito boas. O que senti foi a falta de um tempo maior com os alunos individualmente, uma vez que devíamos ficar com a professora na sala de aula.

Ao analisar a sua resposta percebemos certa vagueza, sem interesse em aprofundar o que foi perguntado, quando disse: “*Minha experiência como assistente de alfabetização foi muito proveitosa, conheci novos métodos*”. Trata em sua fala que conheceu novos métodos, mas não se preocupa em citar que métodos novos são esses.

Diante disso, fico a me perguntar: quantos argumentos essa professora poderia ter defendido, ao compreender que a alfabetização é um tema extremamente complexo e ao mesmo tempo, extremamente instigante para tratarmos, desde o que ela defende sobre a alfabetização, até as diferentes formas de alfabetizar, de acordo com os seus conhecimentos. Sabendo que a alfabetização é permeada por diferentes facetas das quais precisamos nos apropriar para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade, fazendo com que nossos alunos possam ser alfabetizados, ora no sentido restrito, ora no sentido amplo da alfabetização.

A partir de sua resposta, dá para perceber que, só interoguei-lhe novamente pelo fato de a professora assistente/auxiliar não ter tecido argumentos consistentes, quanto à descrição dos métodos:

11- A partir de sua resposta acima, desejaria saber o que significa que sua “experiência como assistente de alfabetização foi muito proveitosa” e “quais métodos novos para alfabetizar você conheceu?”

Como minhas turmas mais recentes eram 4º ano, não conhecia na prática as atividades de alfabetização que estavam sendo trabalhadas, como por exemplo, a variedade de jogos, alfabeto móvel, letras do nome, material concreto para calcular, sílabas móveis, números móveis. Nas escolas tem uma grande variedade de recursos que facilitam o nosso trabalho como alfabetizadora.



Foto: II retirado de arquivo pessoal da aluna pesquisadora, em registro a atividade de matemática.

Conforme podemos observar no registro fotográfico II acima durante uma aula registrada de matemática, a assistente/auxiliar utiliza jogos didáticos criados e confeccionados por ela. Segundo a assistente, esses jogos têm facilitado muito no processo de ensino e aprendizagem.



Foto: III retirado de arquivo pessoal da aluna pesquisadora, em registro a atividade de Português.

Podemos observar que nas fotografias I e II acima, a assistente/auxiliar faz uso do material confeccionado por ela. Em relato, ela afirma que, como educadora, sempre trabalhou com as turmas maiores e que não fazia uso desses tipos de jogos didáticos, apesar de, na escola, ter disponível uma variedade de diferentes tipos de materiais que, por sinal, são muito “bons”, a professora optou por criar os seus, ora pesquisando na internet, ora plastificando o material para melhor conservação e manuseio. Além dos jogos didáticos, a assistente/auxiliar utiliza diferentes tipos de atividades de acordo com o nível de conhecimento de cada criança, que segundo ela, nas primeiras semanas de atendimento, ela faz um atendimento individual para diagnosticar o nível de aprendizagem cada aluno.

Com base na orientação, no funcionamento e na qualidade do PMALFA recém implantado na escola, tratamos de apontar os pontos positivos e negativos, junto a equipe escolar composta por gestora, professoras e assistente/auxiliar, por meio de relatos para que eles pudessem se sentirem à vontade, eles respondem:

4. Cite os pontos positivos e negativos do Programa Mais Alfabetização.

(GESTORA). **Pontos positivos:** ajudar os alunos que apresentam dificuldade de avançar na aprendizagem; ajudar os alunos a realizarem as atividades em sala com mais mediação; ajudar o aluno com dificuldade a interagir mais na atividade para melhor desempenho. **Pontos negativos:** poucas horas, pois são apenas 5 horas semanais.

(PROFESSORA P, 1). **Pontos positivos:** contribui com a aprendizagem das crianças com dificuldades; suporte para o professor. **Pontos negativos:** pouco tempo por turma, deveria ser mais tempo, para melhor auxiliar o aluno.

(PROFESSORA P, 2). Pensando na aprendizagem do aluno no cumprimento dos direitos dos direitos de aprendizagem, ganhará mais o aluno que tenha o acompanhamento individual por parte do assistente, pois a mediação auxiliará a realização das atividades. Suprindo as lacunas

existentes de certo modo pelo processo de alfabetização podendo serem sanadas.

(ASSISTENTE/AUXILIAR). Conheci novos métodos para alfabetizar e a troca de experiências com as colegas eram muito boas. O que senti foi a falta de um tempo maior com os alunos individualmente, uma vez que devíamos ficar com a professora na sala de aula.

Observamos que as respostas, no que tange ao Programa e às dificuldades apresentadas, a equipe docente afirmou que apesar desses fatores, os alunos têm conseguido avanços significativos com as aulas de reforço de modo que os mesmos vêm se desenvolvendo melhor na leitura, na escrita, na interpretação de textos, a partir da leitura com imagens e resoluções matemáticas obtendo um “ótimo” desempenho tal como descrito nas competências da BNCC. Há respostas vagas quando o juízo de valor “bom”, “Ótimo”, não deixam claro o que, de fato, é considerado significativo para que possamos avaliar significativamente e possamos rever as atividades que foram desenvolvidas.

Soares em sua concepção de alfabetização nos mostra que:

Alfabetização não é uma habilidade, é um conjunto de habilidades, o que a caracteriza como um fenômeno de natureza complexa, multifacetado. [...] Essas facetas referem-se, fundamentalmente, às perspectivas psicológicas, psicolinguísticas, sociolinguística e propriamente a lingüística (SOARES, 2016, p.20).

De acordo com Soares (2016), alfabetização não é só ensinar o aluno a habilidade de aprender a ler e a escrever. Alfabetizar é, antes de tudo, um fenômeno de natureza complexa e multifacetada. Alfabetizar não é algo tão simples, como muitos imaginam, muito menos, fácil de praticar, como se tivéssemos a chave do sucesso para alfabetizar, portanto não pode ser considerada uma prática fechada, pronta e acabada. Isto é, o professor no percurso desse processo de alfabetização, necessita apropriar-se de vários conhecimentos relativos à filosofia, psicologia, sociologia, linguística, por isso é uma prática na qual há diversas e diferentes facetas de diversas áreas do conhecimento.

É por esse viés que a criança precisa ser compreendida, quando o contexto histórico e social a criança deve ser levado em consideração, assim como a sua realidade, o seu cotidiano e os diferentes fatores que influenciam, positivamente ou negativamente, no processo de ensino e aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer as últimas palavras desse trabalho retomo o objetivo geral desse trabalho que foi o de apresentar os resultados de uma pesquisa de campo, sobre uma reflexão voltada à figura do Professor Assistente/Auxiliar presente no Programa Mais Alfabetização - o PMALFA, realizada em umas das unidades de ensino da rede pública municipal de Campina Grande – PB, que aderiu ao PMALFA.

Ora, acreditamos que apresentamos o resultado do que trabalhado na pesquisa de iniciação científica, cota 2018-2019 e percebemos que houve lacunas no trabalho da figura do professor assistente/auxiliar.

Compreendemos que o processo de alfabetização, segundo o pensador Cika Parolin (2016). Vem nos dizer que “As grandes transformações só ocorrem às custas de muitas dores e lágrimas. Aprender não é tarefa fácil: dói e algumas vezes, sangra”. Vimos nesse trabalho que, Parolin traz à tona o nascimento, o berço da

história da educação brasileira cujo personagem principal o mais conhecido quando se fala de educação são os povos indígenas, criaturas ricas de saberes em conhecimentos de mundo e de seus costumes bem como de sua cultura.

Vimos ainda que, na história da educação, a própria educação serviu aos interesses das classes dominantes, da igreja e, principalmente, dos regimes políticos, motivo pelo qual a educação, foi desvalorizada e hoje estamos retrocedendo, antes quando a política neoliberal investe na privatização e as escolas públicas permanecem sucateadas.

Percebemos que, apesar do Programa Mais Alfabetização, o PMALFA, programa novo recém criado pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, estratégia do ministério da educação como meio de regularizar a alfabetização na idade certa, ainda luta por melhorias quanto ao seu funcionamento, programa que teve início no segundo semestre do ano letivo no dia 03 de julho de 2018, e ainda com pequena jornada de ensino, o mesmo só veio dar continuidade no ano seguinte também no segundo semestre no dia 24 de setembro de 2019, três meses para o término do ano letivo.

Enfim, acreditamos que houve um trabalho conjunto em prol das dificuldades dos alunos com a leitura e a escrita, por meio da parceria escola e programa, pois, de uma forma ou de outra, se esforçaram para buscar promover resultados significativos, embora tenha sido extremamente lamentável o não funcionamento do programa durante o ano todo por fatores que extrapolam a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - 11º. Ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159).

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular: Português Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____, FICHEIRO: **Antônio Parreiras - Fundação de São Paulo, 1913**. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ant%C3%B4nioParreirasFunda%C3%A7%C3%A3odeS%C3%A3oPaulo,1913.jpg#file> . Acesso em 07/09/2019 às 14:19.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994 – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2003 – (coleção primeiros passos; 74).

MARTIN, Sebastian Sánchez. **História da Educação no Brasil**. Campina Grande. N.S.p.10-11.2007.

_____, **Ministério da educação**. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao>. Acesso em 04/10/2019 às 23:13.

_____, PENSADOR. **Cika Parolin**. Disponível: <https://www.pensador.com/frase/MjAwNjAxOA/>. 10 de setembro de 2016. Acesso em 05/11/2019 às 13:37.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do Príncipe e Outras Lições**. 20ª edição. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleções Questões da Nossa Época).

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – 4º. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção memória da educação).

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial**. Revista Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed., reimpressão. - São Paulo: Contexto, 384 p, 2018.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa de como ensinar**. Porto Alegre: Atmed, 1998.

WEBMAIL:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-da-ana-2016-por-estados-e-municipios-estao-disponiveis-no-painel-educacional-do-inep/21206. Acesso em 06/10/2019 às 13:18.

_____. **50 anos de filmes**. **Sérgio Vaz**. Disponível: <http://50anosdefilmes.com.br/2010/a-missao-the-mission/>. Acesso em 11/09/2019 às 13:44.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, dedico este trabalho por ser Ele, o soberano, pois sempre estive e sempre estará acima de todas as coisas em minha vida, guiando-me e fortalecendo-me todas as vezes em que me sentir em desânimo, desacreditada e pensando em desistir. Por tudo isso, só tenho a agradecer ao meu **DEUS**, que me permitiu ultrapassar todos os obstáculos para conseguir realizar o meu sonho e fechar mais um ciclo de minha vida na universidade.

A minha **mãe, Maria Paulina Sobrinho**, dedico esta conquista que, diante de todas as dificuldades, nunca mediu seus esforços para investir e incentivar a minha formação profissional e humana. Agradeço pelas suas palavras de estímulo e incentivo, pois foram elas que me fizeram manter-me firme na caminhada. Mãe, você é, e sempre será, o meu maior exemplo!

A minha **orientadora, Profa. Maria do Socorro Moura Montenegro**, pela disponibilidade em aceitar o meu convite, pessoa que tenho grande estima, por ser essa pessoa receptiva e acolhedora, sempre de braços abertos. Grata pelos ensinamentos, pela paciência, pela dedicação e pela confiança ao longo da minha trajetória acadêmica.

A **banca examinadora, Profas. Rosely de Oliveira Macário e Wanderleia Farias Santos** por ter aceito o convite com presteza e disponibilidade, tendo consciência dos inúmeros compromissos acadêmicos que fazem parte de seus cotidianos.

A **todos os meus professores** do curso de pedagogia, que contribuíram significativamente para a minha formação, tendo sido fundamentais para a construção e realização do sonho, que hoje se concretiza em minha trajetória acadêmica.

Obrigada a todos!